



LIBERDADES

Neste número conversamos com alunos, professores e investigadores, diversamente envolvidos com a identidade e experiência LGBT. As quatro letras LGBT são a forma inicial e mais reduzida desta sigla, de cuja extensão crescente, alfabética e de sentido, damos igualmente conta nestas páginas. O livre florescimento na Universidade de comportamentos e identidades sexuais e de género que foram secularmente silenciados decerto robustece a liberdade e a democracia.

Damos também a conhecer os magníficos resultados que alunos da Universidade de Lisboa têm obtido em competições atléticas internacionais. Esses resultados exprimem bem o crescimento da atividade desportiva de alto nível na Universidade. Entrevistámos dois desses atletas que nos explicaram em que consiste o esforço continuado da sua atividade.

Conversámos ainda com antigos alunos da Universidade sobre a sua atividade de investigação científica avançada, no Instituto Gulbenkian de Ciência e na Universidade de Washington, e incluímos textos de dois docentes e investigadores da Universidade sobre um tópico do seu domínio de investigação e sobre alguns dos seus objetos de interesse particular. Além disso, visitámos um edifício do património da Universidade por muitos desconhecido, o Forte da Guia, e falámos com os investigadores que aí desenvolvem a sua atividade.

ÍNDICE



- 1 **Editorial**
- 2 **Índice**
- Notícias**
- 3 Aconteceu
- 4 Vai acontecer
- 6 **Sobre**
O custo de votar, por Pedro Magalhães
- 7 **4 Coisas**
Fausto Pinto
- 8 **LGBT ULisboa**
- 20 **Laboratório Marítimo da Guia**
- 24 **Alta competição**
Bernardo Atilano
Marta Onofre
- 28 **E assim sucessivamente**
Pedro Domingos
Mónica Bettencourt-Dias

FICHA TÉCNICA

Edição e propriedade: **Universidade de Lisboa** · Área de Arquivo, Documentação e Publicações

Diretor: **António M. Feijó** | Coordenação executiva e produção: **Ana Silva Rigueiro**

Redação e comunicação: **Ana Cláudia Santos** e **Helena Carneiro**

Fotografias: **Duarte Pinheiro, Susana Ribeiro Martins, Tiago Carvalho**

Capa: © **nktwentythree** / iStockphoto

Verso de capa: **Discobolo Lancellotti** | Fotografia concedida pelo Ministero dei beni

e delle attività culturali e del turismo – Museo Nazionale Romano

Design: **A Bunch of Susans**

Periodicidade: **março, maio, outubro e dezembro** | Assinaturas e distribuição: imprensa@reitoria.ulisboa.pt

Impressão: **Lidergraf – Sustainable Printing** | Tiragem: **12 000 exemplares**

Depósito legal: **418564/16** | ISSN: **2183-8844**

Contactos gerais: **Imprensa da Universidade de Lisboa**

Alameda da Universidade · Cidade Universitária · 1649-004 Lisboa · Portugal

Tel.: +351 217 904 750 - Ext. 19 750 | E-mail: imprensa@reitoria.ulisboa.pt

Distribuição Gratuita

**IMPRESA
DA UNIVERSIDADE
DE LISBOA**

Sara Silva EvoStar Award 2018

Sara Silva é a mais jovem investigadora a ser distinguida com este prémio, que reconhece a qualidade e o impacto mundial do trabalho desenvolvido na área da computação evolucionária. É investigadora do Departamento de Informática da Faculdade de Ciências, do Agent and Systems Modelling Group do BioISI – Instituto de Biosistemas e Ciências Integrativas, e investigadora convidada do grupo ECOS-CISUC da Universidade de Coimbra. Declarou que «já sentia o reconhecimento dentro da comunidade», e que «é normal de vez em quando alguém receber um prémio, porque trabalho rodeada de pessoas muito competentes». Contudo, admite «que o prémio sabe muito bem, pois é uma distinção mais “oficial” e mais visível para o exterior», e espera que este prémio a ajude a conseguir financiamento para continuar a fazer investigação.



© Marco Nabile

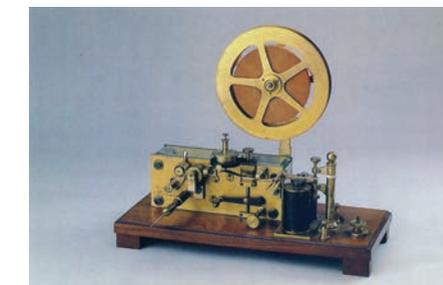
Mentoring Faculdade de Medicina



O Projeto Mentoring, desenvolvido pelo Departamento de Pedagogia e Educação Médica da Associação de Estudantes da Faculdade de Medicina, tem como objetivo a integração bem-sucedida dos novos estudantes no ambiente académico e social, através de um acompanhamento conduzido por colegas de anos anteriores. A Faculdade de Medicina associou-se em 2017 ao Projeto Mentoring, tendo a parceria trazido novidades. Uma delas foi a aplicação «App Mentoring», cujos critérios se baseiam nos interesses dos mentores e dos mentorandos. Implementou-se também uma bolsa de cocoordenação para um aluno bolseiro, e criou-se um espaço de atendimento. Este ano letivo, o Projeto Mentoring conta com 636 participantes (316 mentores e 320 mentorandos) e continua a apostar na formação dos participantes através de *workshops* de *soft skills*, sessões de *team building*, e atividades que promovem a integração, como visitas guiadas à Faculdade, o Dia do Mentoring, o Dia dos Mentores, ou a palestra «Como estudar Medicina no 1.º ano?».

Museus do Técnico 1.º Encontro

No Dia Internacional dos Museus, 18 de maio, os Museus do Técnico organizaram o seu primeiro encontro. Foi no âmbito do Ano Europeu do Património Cultural 2018 que o Instituto Superior Técnico pretendeu dar a conhecer o rico acervo museológico de que é detentor e que representa a ligação entre a história, a memória, a identidade e a cultura da engenharia e da técnica em Portugal. O evento foi de entrada livre e teve a participação de profissionais da museologia, investigadores, alunos e professores, que partilharam as suas experiências e projetos em torno deste património. Entre as várias intervenções, deu-se a conhecer a história da génese dos museus do Técnico, de que fizeram parte o Museu Alfredo Bensaúde e o Museu Décio Thadeu, e discutiu-se a questão dos museus universitários.



© Débora Rodrigues / Técnico

Nova ferramenta para a tuberculose Faculdade de Farmácia

Um grupo de investigadores da Faculdade de Farmácia desenvolveu uma ferramenta de saúde pública para controlo, gestão e investigação translacional em Tuberculose (TB) na Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), designada CPLP-TB. A investigação foi coordenada por Isabel Portugal, professora do Departamento de Microbiologia e Imunologia da Faculdade de Farmácia, e por João Perdigão, investigador do Grupo

de Microbiologia Molecular e Biotecnologia (iMed.Ulisboa). O estudo contou com a colaboração do Instituto de Higiene e Medicina Tropical da Universidade Nova de Lisboa, da Universidade Federal do Rio Grande, e do Centro de Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Rio Grande do Sul. A CPLP-TB permite o rastreamento epidemiológico de diversas estirpes com uma resolução sem precedentes. Com esta ferramenta,

obtiveram-se já novos dados sobre a disseminação da bactéria *M. tuberculosis* e identificaram-se traços comuns na estrutura populacional dos países onde a tuberculose é uma das principais causas de morte, tais como Brasil, Moçambique, Angola e Guiné-Bissau. Foram ainda identificados seis *clusters* transnacionais de estirpes geneticamente próximas, o que permitirá conhecer cadeias de transmissão adicionais de especial relevância para o controlo da TB.



Raúl Miguel Rosado Fernandes (1934-2018)

Raúl Miguel Rosado Fernandes nasceu a 11 de julho de 1934, em Lisboa. Foi Reitor da Universidade de Lisboa entre 1979 e 1983.

Licenciou-se em Filologia Clássica pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Concluiu aí o doutoramento em 1962, com a dissertação *O Tema das Graças na Poesia Clássica*. Iniciou de seguida as funções de docente como Primeiro Assistente de Filologia Clássica. Durante três anos, foi Professor Visitante na City University of New York. Regressou a Portugal antes do 25 de Abril, época a seguir à qual desempenhou um papel preponderante na agricultura portuguesa. Foi um dos fundadores, e presidente, da Confederação dos Agricultores de Portugal, em 1975. Regressou à Faculdade de Letras como Professor Extraordinário. Aos quarenta anos, tornou-se Professor Catedrático, posição que ocupou até 2004, ano da sua jubilação.

Conselheiro da Ordem do Infante D. Henrique e Académico Correspondente da Academia das Ciências de Lisboa desde 1997, Rosado Fernandes manteve ainda carreira política, tendo sido deputado à Assembleia da República Portuguesa e ao Parlamento Europeu. Foi agraciado com a Grã-Cruz da Ordem Civil do Mérito Agrícola, Industrial e Comercial e ainda com a Grã-Cruz da Ordem do Infante D. Henrique. Em 2006, publicou *Memórias de Um Rústico Erudito*.



«Entre a cabeça e o cérebro há um espaço» Exposição no MUHNAC

De 19 de junho a 22 de julho, na sala de exposições do Museu Nacional de História Natu-

ral e da Ciência. Da artista Raquel Cristóvão Pedro, com curadoria de Catarina Marto.

Mindfulness & Compaixão Seminário

A Faculdade de Psicologia organiza o seminário «Mindfulness & Compaixão – Contributos da evidência científica para a prática em contexto educacional», que decorrerá nos dias 29 e 30 de junho, no anfiteatro 1 da Faculdade. O seminário está integrado no projeto de investigação «Efeitos de uma intervenção baseada em Mindfulness para professores», coordenado pela professora Alexandra Marques Pinto. Com este projeto, espera-se contribuir para um maior conhecimento sobre o papel das intervenções baseadas em mindfulness na promoção das competências sócio emocionais e na redução do stress e dos sintomas de burnout dos professores, na promoção de um clima de sala de aula positivo e estimulante, e na

promoção do bem-estar e do desempenho académico dos alunos. De participação gratuita, mas de inscrição obrigatória devido à lotação da sala.

Mais informações:
www.psicologia.ulisboa.pt/mindfulness_e_compaixao/



Verão na ULisboa

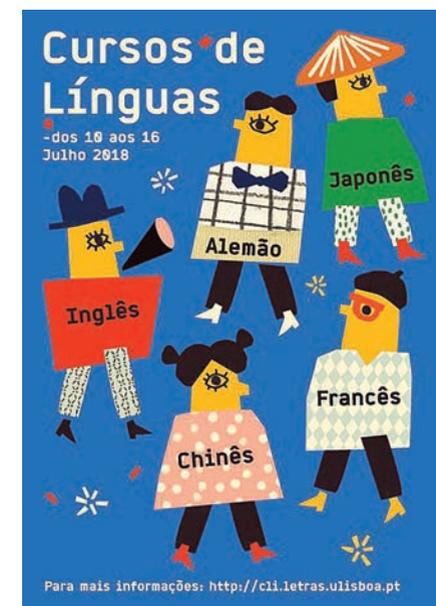
Nesta iniciativa da Universidade de Lisboa, ao longo das primeiras duas semanas do mês de julho, estudantes do 7.º ao 12.º anos poderão saber um pouco mais sobre o que se faz no ensino superior, participando em atividades científicas, lúdicas e desportivas relativas

às áreas do conhecimento da Universidade. As várias Escolas envolvidas organizam visitas, jogos e experiências, dinamizados por monitores que frequentam a ULisboa. Das ciências sociais à arquitetura, passando pela veterinária e os videojogos, os jovens

entrarão em contacto com as diferentes profissões associadas a cada curso. De 2 a 6 de julho, serão acolhidos os estudantes que frequentarão o 10.º, o 11.º e o 12.º anos; de 9 a 13 de julho, os que irão ingressar nos 7.º, 8.º e 9.º anos.

«Não deixes morrer este amor – recicla os teus materiais riscadores»

A Faculdade de Belas-Artes promove, até 25 de junho, a sua segunda campanha de recolha de instrumentos de escrita para reciclagem. Dado que estes instrumentos são compostos por materiais que não se tem por hábito reciclar em Portugal, a Faculdade criou uma parceria com a TerraCycle e a Faber-Castell, permitindo a reciclagem correta de lápis de grafite, lápis de cor, lapiseiras, canetas, marcadores de desenho, canetas técnicas, borrachas, afias, marcadores fluorescentes, marcadores permanentes e marcadores de quadro branco. Finalizada a recolha, os resíduos serão enviados para a TerraCycle, empresa no Brasil especializada na reciclagem de resíduos sólidos difíceis de reciclar, onde serão transformados em matéria-prima para fazer novos objetos. O ponto de recolha situa-se junto ao auditório Lagoa Henriques, no primeiro piso.



CLi – FLUL Cursos de verão

O Centro de Línguas da Faculdade de Letras (CLi – FLUL) organiza cursos de línguas para crianças dos 10 aos 16 anos, que decorrerão de 2 a 27 de julho, estando organizados por quinzena: de 2 a 13 de julho abrirão os de alemão, francês e inglês; de 16 a 27 de julho, os de chinês, japonês e inglês. O cartaz que anuncia os cursos é da autoria de Joana Dionísio, vencedora do primeiro prémio no Concurso de Ilustração e Design que o CLi – FLUL organiza pelo terceiro ano consecutivo.

Mais informações: www.cli.lettras.ulisboa.pt

ticEDUCA2018 V Congresso Internacional

O Instituto de Educação receberá, nos dias 6, 7 e 8 de setembro, o V Congresso Internacional TIC e Educação. Trata-se de um evento bienal que se realiza desde 2010 neste Instituto, destinando-se a toda a comunidade académica nacional e internacional. Este ano, o Congresso adota o tema «Technology Enhanced Learning», e terá como oradoras convidadas a professora Gilly Salmon, da University of Liverpool Management School, e a professora Diana Bannister, da Faculty of Education, Health and Wellbeing, Institute of Education, University of Wolverhampton. Tem como objetivos a divulgação de práticas de inovação educativa em que as tecnologias e os ambientes online assumem um papel relevante, a disseminação de resultados de investigação no domínio da educação e formação com tecnologias digitais, bem como o estímulo à reflexão crítica sobre modelos, espaços e estratégias de ação para a formação inicial e contínua de professores.

Mais informações:
www.ticeduca2018.ie.ulisboa.pt/



SOBRE

O CUSTO DE VOTAR

Pedro Magalhães *

As ciências sociais têm muita dificuldade em tratar o tema da participação eleitoral. Pensemos, por exemplo, na ideia de que votar tem custos e benefícios para as pessoas. Os custos serão os de recolher informação, deslocarmo-nos à assembleia de voto e não usarmos esse tempo para fazer outras coisas. O benefício esperado é o de alterarmos o resultado de uma eleição de forma que o partido que preferimos saia triunfante ou, pelo menos, representado. Mas a relação custo/benefício, assim colocada, será quase sempre desfavorável à decisão de votar. A probabilidade de cada um de nós ter o voto decisivo numa eleição é muito baixa, praticamente nula. E, no entanto, a participação eleitoral média nas democracias do mundo anda bem acima dos 60%. A maioria dos eleitores vota em vez de se abster, mesmo que, de um ponto de vista estritamente instrumental, isso pareça irracional.

Há muitas propostas sobre como resolver este paradoxo, e há até quem defenda que a solução obriga a que deixemos de pensar a participação em termos de custos e benefícios. Mas isso também não parece sensato. Apesar de não explicar bem por que razão tanta gente vota, esta ideia geral ajuda a gerar boas hipóteses sobre o que aumenta a participação. Do lado dos benefícios, eleições para cargos mais importantes e com maior poder, entre candidatos ou partidos mais diferentes entre si, mais renhidas, ou entre populações mais pequenas, ao aumen-



tarem a probabilidade de que um voto seja decisivo e/ou tenha mais consequências, deveriam aumentar a participação. Empiricamente, é exatamente isso o que se encontra.

O mesmo se passa quando olhamos para o custo de votar. Por exemplo, estudos sobre o impacto da introdução da possibilidade generalizada de votar por correspondência, evitando a deslocação às urnas, mostram que, na estimativa mais conservadora, ela aumenta a participação em 2%. Parece pouco. Mas, aplicado às eleições de 2015 em Portugal, isso implicaria um aumento de quase 200 000 votantes, ou seja, mais do que toda a gente que votou na cidade do Porto. Resultados semelhantes vão aparecendo em estudos sobre: a abertura das assembleias de voto durante mais de um dia; a generalização do voto antecipado; a colocação de estações de voto antecipado em zonas de grande circulação de pessoas (centro das cidades, centros comerciais, universidades);

© Estoril Institute Global Dialogue

ou o voto domiciliário para pessoas com limitações físicas. São efeitos que não parecem significativos isoladamente, nem totalmente cumulativos. Mas, no seu conjunto, deveriam ser suficientes para trazer às urnas de volta, ou pela primeira vez, muitos milhares de pessoas num país como o nosso.

Em Portugal, em 30 anos, a percentagem de pessoas que vota em eleições legislativas baixou de 80% para 60%. É por isso natural que se fale muito na abstenção. Mas o debate desloca-se frequentemente para os chamados «defeitos» dos eleitores («falta de cultura cívica», «ignorância», «alienação») e/ou dos partidos («todos iguais» ou «não merecem confiança»). Contudo, o facto de Portugal permanecer ainda hoje quase imune à variedade de inovações descritas no parágrafo anterior, adotadas em muitos outros países com o objetivo de diminuir o custo do voto, também merece debate. Nem todas essas inovações são destituídas de problemas e riscos. E importa lembrar que elas não fazem com que o custo do voto desapareça: o que fazem é transferi-lo, em parte, do indivíduo para a coletividade, que terá de financiar essas inovações. Mas até isso pode ser bastante clarificador. Em vez de dizer que estamos muito preocupados com a abstenção e lhe apontarmos causas que não têm solução à vista, teremos de dizer até que ponto estamos realmente dispostos a combatê-la, e que outros fins consideramos serem prioritários a esse. Já seria uma melhoria na qualidade deste debate. ●

* Investigador do Instituto de Ciências Sociais da ULisboa

4 COISAS

Fausto Pinto

Diretor da Faculdade de Medicina



© Catarina Zimbarra

As Benevolentes, de Jonathan Littell

Livro do escritor franco-americano, prémio Goncourt 2016. Uma viagem extraordinária às entranhas da II Guerra Mundial, através das memórias de Maximilien Aue, um jovem oficial nazi. Ritmo alucinante, nas várias

frentes de guerra, em particular na frente Leste, incluindo a Batalha de Estalinegrado, bem como uma descrição hiper-realista da vida nos campos de extermínio. A condição humana nas suas múltiplas facetas, sem filtro.



Casablanca

Dirigido por Michael Curtiz, é o filme que mais vezes vi e revi e que, ainda hoje, me continua a tocar como nenhum outro. Um vendaval de emoções perpassa ao longo do filme, que encerra em si toda a panóplia de características

humanas: o amor, a inveja, a traição, o cinismo, a hipocrisia, a bondade, e tudo o mais que queiramos acrescentar. A cena de *A Marselhesa* é uma das mais arrepiantes que já vi em cinema, e que ainda hoje me não deixa indiferente.



Taj Mahal, Índia

Tudo o que possa ser dito ou escrito sobre este lugar não é excessivo. Vislumbrá-lo é algo de único, desencadeando um jogo de emoções, numa combinação estranha de pasmo, deslumbramento, encanto, rendição

ao belo e ao magnífico. Sente-se ao mesmo tempo a ambivalência entre o amor e a morte, que estão na sua génese; embora, claramente, com maior ênfase no amor.



Palácio Belmonte, em Lisboa

Recheado de História e de histórias, desde a sua fundação em finais do século xv por ele passaram grandes nomes da nossa história e literatura, incluindo Pedro Álvares Cabral, Vasco da Gama, Gil Vicente e Fernão Lopes. Mais recen-

temente, foi palco para as filmagens de *Lisbon Story*, de Wim Wenders, e de *Afirma Pereira*, com o grande Marcello Mastroianni. É agora um hotel de luxo, um lugar verdadeiramente único, onde tudo (ou quase tudo) é possível.



LGBT ULISBOA

A CRIAÇÃO RECENTE DO QUEER IST FOI O PONTO DE PARTIDA DE UMA SÉRIE DE CONVERSAS COM ALUNOS, ATUAIS E ANTIGOS, PROFESSORES E INVESTIGADORES SOBRE A COMUNIDADE LGBT NA UNIVERSIDADE.

QUEER IST

Em meados de outubro de 2017, alguns estudantes de Engenharia Física do Instituto Superior Técnico tiveram a ideia de criar na sua Escola um núcleo LGBT. A iniciativa rapidamente se disseminou, passando-se à legalização do grupo, que consistiu na criação de uma secção autónoma da Associação de Estudantes do Técnico. Para conhecermos a história deste núcleo, ouvimos Rui Manuel Silva, estudante do 4.º ano de Engenharia e Gestão Industrial, e vice-presidente do QueerIST. A presidente é Clara Pereira, estudante do 5.º ano de Engenharia Física e Tecnológica.



«Mobilizámo-nos para obtermos mais de dois terços dos votos na Assembleia Geral dos Alunos, de que precisávamos para podermos criar a secção. Bateram-se palmas nessa reunião, a 5 de dezembro de 2017, data que marca o nosso início. Houve, no entanto, quem tivesse ido lá só para votar contra. Qualquer pessoa do Técnico pode pertencer ao QueerIST, seja ou não sócio da Associação de Estudantes. Os nossos objetivos são criar e gerar diálogo. O Técnico é uma Escola tipicamente masculina, e a engenharia está associada ao estereótipo da heteronormatividade e da misoginia. Criar este núcleo é uma forma de gerar diálogo e fazer do ensino superior, pela via do conhecimento, um espaço mais culto, mais inclusivo e mais visível. Há 12 000 alunos no Técnico; se aproximadamente 10 % da população é LGBT, po-

demos representar cerca de 1200 pessoas. Gostaríamos de oferecer um espaço seguro a quem se possa sentir mal na sua pele e a viver a sua sexualidade. Nunca sofri homofobia no Técnico, mas já a experimentei na praxe, no meu primeiro ano. Escreveram-me no braço, no segundo dia: «Eu gosto é de gajas». Na altura pensei: «Cheguei agora, como é que as pessoas sabem que sou gay?» Eu já sabia o que era e sentia-me confortável com isso, mas quem está confuso, ou vem de um meio tradicional ou rural, pode sentir um choque e achar que não é bem-vindo no Técnico. É importante dar visibilidade às pessoas LGBT, para que se saiba que existem e se perceba que não há mal nenhum com a sua sexualidade.

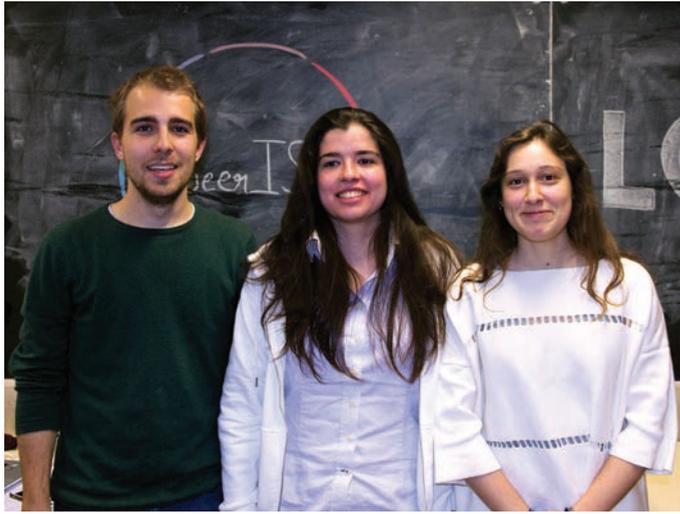
Contamos com o apoio de algumas associações, entre as quais a Rede Ex-Aequo e a ILGA, e tentamos sensibilizar os profes-

sores para o nosso grupo. Estamos a organizar sessões de cinema e tertúlias em que se debatem temas relevantes para a comunidade LGBT. Se o Técnico forma os profissionais de excelência do futuro, e se esses profissionais podem estar mais informados e mais recetivos às questões LGBT, porque não? Um dos nossos objetivos é a desconstrução da homofobia enraizada. Sei que é muito difícil, mas propomo-nos começar pelo Técnico. Em geral, uma pessoa LGBT sente que tem de pensar duas vezes antes de dar a mão, ou um beijo, ao namorado ou namorada em público, coisas mais ou menos naturais para um casal heterossexual; no Técnico, muitas vezes consoante os cursos, esse desconforto pode agravar-se. É difícil medir o desconforto, mas eu sinto-me menos confortável no Técnico do que no resto da cidade de Lisboa. Equiparo



A SIGLA

- LÉSBICAS** Mulheres que sentem atração por mulheres.
- GAYS** Homens que sentem atração por homens.
- BISSEXUAIS** Pessoas que sentem atração por homens e por mulheres.
- TRANSEXUAIS OU TRANSGÉNERO** Pessoas cujo sexo biológico não coincide com o género com o qual se identificam.
- QUEER** Termo que pode englobar todas as pessoas que não se identificam como heterossexuais.
- INTERSEXUAIS** Pessoas com características físicas e psíquicas que não são exclusivamente femininas ou masculinas.
- ASSEXUAIS** Pessoas que não sentem atração sexual por ninguém, ou que não têm orientação sexual.



Miguel Almeida, Diana Cunha e Clara Pereira (coordenador de comunicação, vogal da direção e presidente do QueerIST, respetivamente)

«Criar um núcleo LGBT numa Escola como o Técnico é um ato histórico dentro do movimento estudantil português.»

TERTÚLIA LGBTQUÊ?

Fomos assistir ao segundo debate promovido pelo QueerIST no âmbito das Tertúlias Arco-Íris, subordinado à discussão da sigla LGBTQIA+, a qual parece levantar vários problemas. Se, por um lado, pretende ser inclusiva e representativa, por outro oculta sob um «+» muitos membros dessa comunidade. Letra a letra da sigla, partilharam-se experiências e comentaram-se casos particulares. Um dos moderadores da tertúlia deu o exemplo de três homens que se identificavam como *gay* e a quem foi pedida uma definição do que era para si ser *gay*: para um, significava sentir-se atraído por homens; para outro, só ter tido até à data atração sexual e romântica por homens; um terceiro disse que, apesar de se considerar *gay*, sentia-se por vezes atraído por mulheres. Estes exemplos levantaram, entre outras, a questão de a atração dizer respeito ao sexo, ao género, ou à identidade de género. Um dos participantes referiu que a sua atração por outra pessoa é determinada pelo sexo biológico e pela identidade de género, ou seja,

por características físicas evidentes. Outro, identificando-se como homossexual, admitiu já ter experimentado atração física por mulheres, mas especificou que se tratava de atração sexual e não romântica. Para outro, dava-se precisamente o contrário. Houve quem admitisse a sua confusão em relação às noções de «atração romântica» e «atração sexual», assunto que foi prontamente debatido. Algumas alunas referiram não gostar da palavra «lésbica», tendo apresentado as razões por que preferiam identificar-se como *gay*. A tertúlia prosseguiu com a exibição de um *PowerPoint* informativo acerca da bandeira LGBT e a apresentação de vídeos com testemunhos de pessoas assexuais e intersexuais. Foram ainda discutidos os conceitos de pansexualidade, referente a pessoas cuja atração sexual por outras pessoas não é determinada pelo sexo, o género, ou a identidade de género, e de demissexualidade, referente a pessoas que só conseguem sentir atração sexual por outras pessoas depois de experimentarem uma relação afetiva ou sentimental.

talvez o Técnico a uma cidade de província, no sentido em que aqui tenho de ter mais atenção.

Criar um núcleo LGBT numa Escola como o Técnico é um ato histórico dentro do movimento estudantil português. Há muitos jovens que se debatem com a sua orientação sexual porque são invisíveis; sabem o que é ser *gay* ou lésbica, mas nunca falaram com essas pessoas. Se houvesse mais visibilidade, e também maior naturalidade, uma pessoa *gay*, por exemplo, não se sentiria má, a mais, ou defeituosa. Por outro lado, existe muita homofobia enraizada dentro da própria comunidade LGBT. Gostava que o QueerIST tivesse algo a dizer em relação a isso.

No início éramos para ser o “Núcleo de Estudantes LGBTQIA”. Como se pode compreender, há cada vez mais letras, e é impossível ser completamente inclusivo. Assim, em vez de ditarmos todo o alfabeto, encontramos uma palavra apelativa que condensasse tudo o que está representado na sigla LGBT: *queer*. Usamo-la como adjetivo identitário.» •



Joana Sacramento, de quem partiu a ideia de fundar o núcleo, e Tiago Ramalho, um dos representantes do Out Ciências



OUT CIÊNCIAS
«A CAUSA DA INTOLERÂNCIA É A IGNORÂNCIA.»

Out Ciências é o núcleo *queer* da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa. O nome veio da expressão inglesa «coming out of the closet» – «sair do armário».

Joana Sacramento, a responsável pela origem do núcleo, diz-nos que «a Faculdade não está no armário, mas há pessoas que ainda não se aceitam a si próprias e, por isso, são menos felizes».

Joana tem 20 anos e é estudante do curso de Física. Teve a ideia de formar este núcleo por inspiração dos colegas do QueerIST, e porque acredita que «a causa da intolerância é a ignorância», palavras que já circulam como mote do núcleo. O objetivo é, por isso, informar acerca da realidade LGBT: «As pessoas estão desinformadas. É preciso haver informação para se conseguir aceitar e tolerar.» Com este propósito, serão organizados debates, palestras e sessões de cinema. Convidarão membros de várias associações portuguesas de ativismo LGBT e casais idosos, homossexuais ou transgéneros, para partilharem a experiência de anos em que estas temáticas não eram sequer mencionadas.

A organização do núcleo não é hierárquica, mas paritária. Conta neste momento 25 elementos, denominados representantes, que se distribuem por tarefas como a divulgação nas redes sociais, a conceção da imagem e de materiais, e a tesouraria. Formado em finais de janeiro de 2018, o Out Ciências é autónomo – não depende de nenhuma secção da Faculdade, embora tenha apoio logístico da Associação de Estudantes – e autossuficiente a nível financeiro, contando com a contribuição dos seus representantes, os donativos das pessoas que assistem aos eventos, e o patrocínio de algumas empresas portuguesas junto das quais promoveram o projeto. A apresentação oficial realizou-se nos dias 16 e 17 de abril, no pátio do edifício C5 da Faculdade de Ciências. Distribuíram-se panfletos elaborados pelos representantes, brindes, houve jogos com perguntas e conversas de esclarecimento sobre a comunidade LGBT.

Tiago Ramalho, outro dos representantes do Out Ciências, tem 19 anos e está a realizar o curso de Biologia. Afirmo que a Faculdade não tem um ambiente discriminatório, admitindo que «pode sempre tornar-se um sítio mais confortável». O propósito é «criar um lugar seguro para as pessoas que precisam, algo que diga: “Estamos aqui para vocês.”» Joana reforça: «A Faculdade é a nossa segunda casa. É importante que as pessoas encontrem aqui um espaço de confiança quando, muitas vezes, não o encontram junto da família.» Neste sentido, também está a ser pensado um encontro em que professores possam partilhar a sua experiência com alunos.

O Out Ciências está aberto a todos os que o queiram integrar e atento às opiniões e sugestões deixadas na sua página de Facebook: www.facebook.com/outciencias/. •

JOANA CADETE PIRES

«HÁ MATÉRIAS EM QUE, CLARAMENTE, A LEI VEIO À FRENTE DA SOCIEDADE.»



© Duarte Pinheiro

Licenciada pela Faculdade de Direito em 2010. Advogada associada na sociedade de advogados Raposo, Sá Miranda & Associados. 29 anos.

ULISBOA Como era o ambiente na Faculdade de Direito no que diz respeito a questões LGBT?

JOANA CADETE PIRES Era conservador. A Faculdade é maioritariamente composta por professores mais velhos e caracterizada por uma ala política mais à direita do que à esquerda. Todos nos recordamos do exame do Prof. Paulo Otero, com uma pergunta que compara o casamento entre pessoas do mesmo sexo ao casamento de um ser humano com um animal vertebrado doméstico. Eu não sentia discriminação, mas só era assumida no meu círculo de amigos, nunca me senti à vontade

para exprimir a minha orientação sexual neste contexto. Isso facilitou o meu percurso académico. Hoje, a questão da discriminação e da igualdade é uma bandeira e faço disso vida além do trabalho que desenvolvo enquanto advogada. Quando já não era aluna, organizei, com outros antigos alunos da Faculdade, a conferência «Que direitos para as famílias? A coadoção em casais do mesmo sexo». A questão estava a ser discutida na Assembleia da República pela primeira vez, em 2014.

ULISBOA Veio de Santarém. Sentiu diferença entre o ambiente da Faculdade e o da cidade de Lisboa?

JOANA CADETE PIRES Sim, por causa do ambiente conservador. Hoje, Lisboa é uma cidade completamente aberta às pessoas LGBT. Há situações de discriminação na rua, mas a questão está banalizada. A legislação também força a mudança. Quando entrei na Faculdade, o casamento, a coadoção, a procriação medicamente assistida não eram possíveis, havia um conjunto de direitos que nos estavam negados. Isso afeta-nos enquanto pessoas, enquanto cidadãos, e na forma como expressamos a nossa sexualidade. O Estado e o legislador têm um grande poder na mudança de mentalidades. A sociedade não acompanhou a

evolução legislativa que tem havido em Portugal. Conquistámos muito nos últimos dois anos.

ULISBOA Conheceu pessoas alvo de discriminação na Faculdade?

JOANA CADETE PIRES Havia pessoas que expunham publicamente a sua sexualidade, principalmente através do vestuário, que levava a que os outros presumissem que eram gays ou lésbicas. Sentiam a discriminação na pele, por parte de colegas e professores.

ULISBOA Acha que os professores devem ser abertos em relação à sua sexualidade?

JOANA CADETE PIRES Sou uma defensora acérrima de que as pessoas devem falar abertamente sobre a sua sexualidade, sejam professores, políticos ou indivíduos anónimos. A orientação sexual é algo público – sendo pessoal, não é privado. O nome concreto da minha namorada e o que faço em casa, isso sim pertence à esfera privada. Numa sociedade perfeita, as pessoas devem poder falar livremente sobre a sua orientação sexual, devem poder expô-la e ser abertos em relação a isso.

ULISBOA Teve algum professor que falasse disso abertamente?

JOANA CADETE PIRES Eu não, mas a minha irmã, sim. Em Santarém, teve como professora no liceu a Fabíola Cardoso, uma das fundadoras do Clube Safo. Era lésbica e fazia questão de o afirmar publicamente. É importante para o desenvolvimento de qualquer pessoa ter exemplos que possa seguir. É muito prejudicial haver na Faculdade de Direito professores que nos meios de comunicação social dizem que são contra o casamento entre pessoas do mesmo sexo, ou que o casamento é uma instituição entre um homem e uma mulher, ou que crianças adotadas por pessoas do mesmo sexo vão ter problemas. Isso é perturbador.

ULISBOA Como se associou à ILGA?

JOANA CADETE PIRES Comecei como voluntária. Quando estava a ser discutida a coadoção quis fazer parte ativa

dessa mudança e contribuir com a área jurídica. Neste momento sou membro da direção e cooordenado o departamento jurídico.

ULISBOA Há muitas pessoas com dúvidas legais?

JOANA CADETE PIRES Sim, é surpreendente. Perguntam-nos quais os documentos para um casamento com uma pessoa do mesmo sexo, quando são os mesmos que aqueles para um casamento com uma pessoa de sexo diferente. Perguntam também quais as conservatórias onde podemos casar sem sentirmos discriminação. É comum pessoas fora de Lisboa, principalmente do Norte, perguntarem se a conservatória de Lisboa é mais aberta em relação à questão – continuam a sentir vergonha de o fazer nos seus meios. Há questões acerca dos processos de adoção, aprovados há menos tempo. E contactos de pessoas alvo de discriminação na rua, no trabalho, nas escolas, que perguntam a que formas legais podem recorrer. Em situações mais graves de violência física, pedem-nos que os acompanhem à esquadra, porque têm medo da forma como os polícias vão receber essas denúncias.

ULISBOA Já o fizeram?

JOANA CADETE PIRES Se a pessoa se mostra receosa, fazemos esse acompanhamento. A ILGA tem realizado ações de formação junto das forças de segurança, como a GNR e a PSP. Tem sido uma preocupação que o governo tem tido e que nós partilhámos.

ULISBOA O que conclui das perguntas que vos colocam?

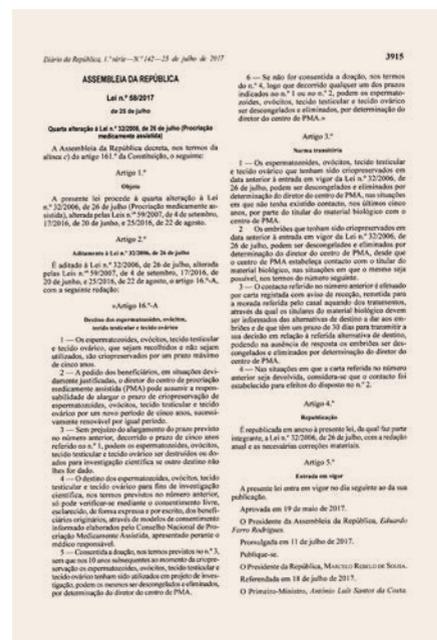
JOANA CADETE PIRES São o retrato da sociedade. O desenvolvimento que se vê em Lisboa não aconteceu em todas as zonas do país. A lei tem um efeito positivo na mudança de mentalidades, mas enquanto houver pessoas que têm vergonha de dizer quem são, ainda há um grande caminho a fazer. Há matérias em que, claramente, a lei veio à frente da sociedade.

ULISBOA Há dados sobre a situação nos locais de trabalho?

JOANA CADETE PIRES Não há nenhum estudo sobre isso em Portugal. Não sabemos o número de pessoas que são assumidas no local de trabalho. Dizem-nos que as pessoas não se sentem discriminadas, mas falta saber se são, ou não, assumidas. Se não o são, não sentem a discriminação. As empresas começam a perceber o impacto desta situação: quanto é que custa ao trabalhador ter de pensar duas vezes antes de responder a uma questão sobre a sua vida pessoal? Houve empresas que fizeram esse estudo e perceberam que tinha um grande impacto financeiro, porque se perdia tempo, tempo que causa mal-estar. Na segunda-feira de manhã, chega-se ao escritório e fala-se do fim de semana. Se a pergunta for colocada a uma pessoa LGBT, não assumida, a primeira reação é de medo: «Como vou contornar a situação?» Isso tem impacto no desempenho profissional e na forma como nos ligamos às pessoas, cria obstáculos nos relacionamentos profissionais. Continuamos a receber e-mails no departamento jurídico da ILGA sobre a obrigatoriedade de comunicar o casamento à entidade empregadora. Pessoas que dizem que gostavam de casar, de criar um projeto de família, e que não o fazem porque são obrigadas, por efeitos fiscais, a comunicar que houve uma alteração do seu estado civil.

ULISBOA O que falta ainda alterar a nível legislativo?

JOANA CADETE PIRES Esta sexta-feira [13 de abril de 2018] será votada na Assembleia a lei da identidade de género, que eu diria ser das últimas alterações em termos legislativos. Pretendemos o direito à autodeterminação – as pessoas sabem quem são, portanto só lhes deve caber a elas decidir, e a lei deve consagrar essa possibilidade. Esperamos que o projeto seja aprovado. Com a aprovação da lei da procriação medicamente assistida, atingimos o que a



Lei n.º 58/2017. Quarta alteração à Lei n.º 32/2006, de 26 de julho (Procriação medicamente assistida)

ILGA categorizou como o grau zero da discriminação da lei. Deixámos de ter uma lei que discriminava única e exclusivamente com base na orientação sexual, o que acontecia com o casamento – expressamente proibido entre pessoas do mesmo sexo –, com a adoção – que excetuava pessoas casadas com alguém do mesmo sexo –, e com a procriação medicamente assistida – que proibia expressamente a mulheres solteiras e mulheres que estavam unidas ou casadas com outras mulheres o recurso às técnicas de procriação medicamente assistida. Já existe uma lei da identidade de género, que obriga a que exista um diagnóstico médico para que se possa fazer a alteração no Registo Civil, mas não é uma discriminação expressa. O que falta é a mudança de mentalidades na sociedade, para que também aí a discriminação atinja o grau zero.

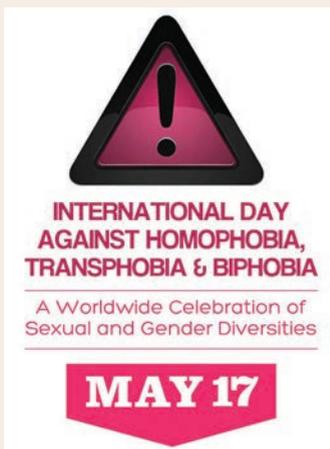
ULISBOA O que se pode fazer para que essa mudança ocorra?

JOANA CADETE PIRES Já está a ocorrer. A ILGA tem sido convidada para conversas e ações de formação em escolas secundárias. Mas não podemos ter a ilusão de que, depois de estar tudo aprovado em termos legais, podemos descansar. Temos um observatório da discriminação cujos re-

sultados saem sempre na véspera do 17 de maio – Dia Internacional de Luta contra a Homofobia e Transfobia –, e nesse relatório percebemos que as pessoas continuam a sentir-se discriminadas na rua, na família e no local de trabalho. Este ano, Portugal irá acolher pela primeira vez o Fórum IDAHOT [ver caixa], em maio. A ILGA é parceira do governo na organização. É a primeira vez que um país do sul da Europa acolhe o Fórum, e é um motivo de orgulho para todos nós.

ULISBOA Acha importante promover iniciativas como o Queer IST?

JOANA CADETE PIRES É importante que aconteçam enquanto forem necessárias. É preciso haver espaços onde as pessoas se sintam seguras e possam falar abertamente sobre estas matérias. No final, acho que devem ser eliminados. O Ricardo Araújo Pereira, que apresentou os prémios da ILGA durante muito tempo, dizia que a ILGA era uma associação cujo fim último era desaparecer. É o que todos desejamos, porque é sinal de que o trabalho deixa de ser preciso. É o que penso em relação a esses grupos, que atualmente são necessários, e é importante os alunos terem essa noção. ●



17 MAIO DIA INTERNACIONAL DE LUTA CONTRA A HOMOFOBIA E TRANSFOBIA E DIA NACIONAL CONTRA A HOMOFOBIA E TRANSFOBIA

A 17 de maio de 1990, a homossexualidade foi retirada da «Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde», da Organização Mundial da Saúde. Desde aí, o dia é celebrado anualmente através do Fórum IDAHOT – International Day Against Homophobia, Transphobia & Biphobia, realizado em vários países da Europa e reunindo membros dos governos, autoridades públicas nacionais e locais, e representantes das organi-

zações da sociedade civil na discussão sobre o progresso das políticas LGBT. Em 2018, Portugal tornou-se o primeiro país do sul da Europa a acolher o evento, este ano dedicado ao tema «Alliances for Solidarity». O objetivo foi alertar para a solidariedade necessária entre as comunidades sexuais e de género minoritárias e outros grupos socialmente vulneráveis, como os migrantes, as pessoas que vivem no limiar da pobreza, e as crianças em risco.

SANDRA CUNHA

«Não seria estranho dizerem-nos que somos um menino quando somos uma menina?»

Com a aprovação da lei, seríamos o quinto país a assegurar o direito à autodeterminação de género às pessoas transgénero, que é reconhecido às pessoas cisgénero de forma natural e automática. Uma coisa é o que sentimos, outra é o que nos dizem: não seria estranho dizerem-nos que somos um menino quando somos uma menina? Além de a lei abranger pessoas a partir dos 16 anos, esta é mesmo a mudança fulcral: retirar a carga de doença mental e de necessidade de um relatório médico que ateste que aquela pessoa sofre de disforia do género. É um relatório inadequado, porque a disforia é o sofrimento provocado pela não-aceitação das outras pessoas, é um sofrimento que decorre da discriminação, da violência, do bullying, não decorre de uma doença. Poder-se-ia ter ido mais longe na proposta e considerar-se crianças abaixo dos 16 anos. Não se trata de alterações irreversíveis, trata-se do registo no Cartão de Cidadão. As crianças atravessam uma série de problemas e entraves ao longo do crescimento, principalmente na adolescência, altura em que começam a surgir os problemas que levam a que, na população transgénero, a taxa de tentativas de suicídio supere os 50 %. No trabalho de especialidade do Parlamento fizemos audições a menores, à porta fechada e acompanhados pelos pais, que explicaram porque precisavam desta lei: de cada vez que vão fazer o passe, o cartão da biblioteca, ou quando as pautas com as notas são afixadas, está lá um nome que não corresponde à aparência, e de cada vez têm de explicar o que se passa, sendo violentados, agredidos, discriminados. Estas alterações são essenciais. A nível legislativo, ainda há coisas a fazer, como uma lei-quadro anti discriminação que abranja as áreas da educação, saúde, e todos os serviços públicos, com medidas efetivas de combate à discriminação. Contemplariam a formação dos funcionários destes serviços e ações de sensibilização para alterar os comportamentos discriminatórios. Outra ação seria introduzir estas questões no currículo escolar. Não apenas as questões LGBT, mas também as de igualdade de género e as que dizem respeito a pessoas com deficiência – todas questões básicas de cidadania.» ●



© Fernando Pinho

Deputada do Bloco de Esquerda na Assembleia da República. Professora auxiliar convidada no ISEG.

NOVA LEI DE IDENTIDADE DE GÉNERO

Aprovada no Parlamento, no dia 13 de abril de 2018, com 109 votos a favor e 106 contra. Vetada pelo Presidente da República a 9 de maio de 2018.





JOÃO R. FIGUEIREDO

É professor de Cultura Visual e de Teoria da Literatura na Faculdade de Letras, e é atualmente o diretor do Programa em Teoria da Literatura.

Quando entrei para a Faculdade de Letras, em 1991, a sua população era predominantemente feminina. Não encontrei na altura aquilo que gostaria de ter encontrado: pessoas que vivessem abertamente a sua sexualidade e a sua identidade de género. O mais próximo que havia de uma comunidade homossexual eram as obscenidades escritas na casa de banho; ainda não havia telemóveis. Numa segunda fase, quando já não era aluno, passou a haver números de telemóvel escritos nas paredes. Em vinte e cinco anos mudou muito, na sociedade portuguesa e na Faculdade. Agora já ninguém escreve números de telemóvel nem mensagens

nas paredes da casa de banho. Olho para os alunos e vejo que vivem muito mais livremente a sua sexualidade. A demografia cá dentro também se alterou. Neste momento, creio que há uma paridade de género. Enquanto fui aluno, nunca tive nenhum professor homossexual, embora mais tarde viesse a saber que professores meus eram, apesar de o esconderem. Eram de outra geração e teriam as suas razões. Gostava de ter tido alguém em quem me revisse e que me ajudasse a perceber que viver a minha sexualidade podia ser normal – o que não era o meu caso, quando tinha 18 anos. Teria sido extraordinariamente útil haver um núcleo LGBT na Faculdade

de Letras. É espantoso que só em 2017 tenha surgido um núcleo como o QueerIST, no Instituto Superior Técnico. É sintomático da homofobia e do receio que as pessoas têm de viver abertamente a sua orientação sexual. Nos meus anos de estudante, a vivência da homossexualidade fazia-se de maneira brutal, com as tais obscenidades. Nunca vi nenhuma expressão pública de afeto entre pessoas do mesmo género. Já enquanto professor, posso dizer que desde que comecei a dar aulas, em 1997, pouco antes de fazer 24 anos, nunca fiz nada para esconder a minha orientação sexual. Nunca tive problemas em falar sobre isso nas aulas, e nunca senti nenhuma es-

pécie de discriminação, embora saiba que há pessoas com convicções muito fortes acerca destes assuntos. Enquanto estudante, não tive ninguém a quem recorrer. Quando não há colegas e amigos como nós, gostaríamos que o professor fosse parecido connosco e de ver nele uma referência. Se houver a mais pequena possibilidade de uma figura de referência fazer com que se sintam mais confortáveis com a vivência pública da sua orientação sexual, é um ganho extraordinário. Embora essa função hoje esteja mais esbatida, os professores, quer queiram quer não, são também mentores. Os alunos olham para os professores à procura de referências. Tendo essa função, é importante que os vejam como são, para que também eles possam florescer e tornarem-se o que são. Acho que isso pode ser reconfortante para alunos que venham de meios sociais conservadores – que podem ser em Cascais ou na Pampilhosa da Serra. Muitas vezes, estes estudantes tiveram uma adolescência torturada, por acharem que há algo de errado com a sua sexualidade e que não a podem viver em pleno. É bom chegarem à universidade e verem que há muitas pessoas a viver a sua homossexualidade de um modo desimpedido. Já fui abordado por alunos que se debatiam com a sua sexualidade e viam em mim alguém a quem podiam recorrer. Digo-lhes para aproveitarem a vida, que é só uma e é muito curta. A sexualidade é uma parte essencial da vida das pessoas. Ninguém pode pôr a sexualidade na gaveta, fechá-la à chave e deitar a chave fora. Cada vez mais, as duas saídas que durante muito tempo foram socialmente aceites para a homossexualidade tendem a desaparecer: o casamento heterossexual e o sacerdócio. As pessoas heterossexuais sempre foram naturalmente abertas em relação à sua sexualidade. Antes de haver casamento entre pessoas do mesmo sexo, bastava ter uma aliança, mostrando que viviam abertamente uma orientação sexual hete-



rossexual. E tantas vezes que os professores dão exemplos da vida familiar, falando na mulher, nos filhos... Digo sempre “viver abertamente a sua orientação sexual” ou “ser como é” por não gostar da palavra

“assumir”, que significa “chamar a si”. Eu não chamo a minha homossexualidade a mim. Nunca a chamei, esteve sempre presente. Outra coisa é vivê-la publicamente ou não.» •



Direção do CIEG | Da esquerda para a direita: Maria João Cunha, Helena Sant'Ana, Diana Maciel, Anália Torres, Manuela Tavares, Paula Campos Pinto e Dália Costa

CIEG

CENTRO INTERDISCIPLINAR DE ESTUDOS DE GÉNERO

Fomos conhecer o Centro Interdisciplinar de Estudos de Género, sediado no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP). Falámos com as professoras Anália Torres, coordenadora do Centro, e Paula Campos Pinto, co-coordenadora, e com a investigadora Clara Oliveira. Apesar de constituírem uma área científica interdisciplinar e muito rica, que abrange, entre outras temáticas, o fe-

minismo, os estudos sobre as mulheres, e os estudos LGBT, os estudos de género despontaram tarde em Portugal, tendo assinalado de seguida uma rápida evolução. Depois da fundação do CIEG em 2012, no ISCSP, a partir do ano letivo de 2018/2019 Portugal terá pela primeira vez um programa de doutoramento em Estudos de Género, resultante de um consórcio entre o ISCSP e a Faculdade de Direito e a Fa-

culdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. A criação deste programa doutoral reflete o interesse crescente nas problemáticas do género, sobretudo da parte de jovens investigadores, contando-se entre os objetivos estratégicos do CIEG desde a sua fundação. Como assinala a Prof.^a Anália Torres, «quisemos, com este doutoramento, ter massa crítica de várias áreas, e procurámos envolver



peessoas de diferentes gerações, desde seniores neste domínio, como Teresa Pizarro Beleza, diretora da Faculdade de Direito da Nova, Manuel Lisboa, da FCSH da Nova, e investigadores mais jovens, de diferentes proveniências, como Ana Brandão, da Universidade do Minho, ou Miguel Vale de Almeida, do ISCTE».

Trata-se de um programa doutoral interdisciplinar, que cruza várias áreas do saber – Direito, História, Sociologia, Geografia, Literatura –, e que começará por ter 30 vagas. A Prof.^a Paula Campos Pinto destaca que um dos propósitos do doutoramento é «expor os estudantes a uma grande diversidade de temas, pois haverá decerto entre o corpo discente pessoas que procurarão retirar dele coisas muito diferentes». As unidades curriculares disponíveis compreendem os tópicos fundamentais da área, como as teorias de género, as teorias feministas e os estudos sobre as mulheres, e a relação entre direitos humanos e questões de género, havendo também unidades optativas como os estudos LGBT e os movimentos sociais. No seminário «Temas Avançados em Estudos de Género», por sua vez, os doutorandos poderão frequentar aulas de vários docentes sobre as disciplinas que compõem os estudos de género. Pretende-se que «cada aluno possa criar o seu percurso curricular consoante os seus interesses e a sua proveniência». No ano letivo de 2018/2019, as aulas decorrerão nas instalações do ISCSP.

Na área dos estudos de género a informação produzida tem um grande impacto público, podendo mesmo ter um efeito imediato na sociedade. Foi o que aconteceu com o estudo *Assédio sexual e moral no local de trabalho*, cujos resultados vieram a público e, acrescenta a Prof.^a Anália Torres, «como eram muito chocantes, acabaram por consciencializar os deputados e os membros do Governo», contribuindo para a alteração da lei: são agora legalmente proibidos os vários tipos de assédio no local de trabalho.

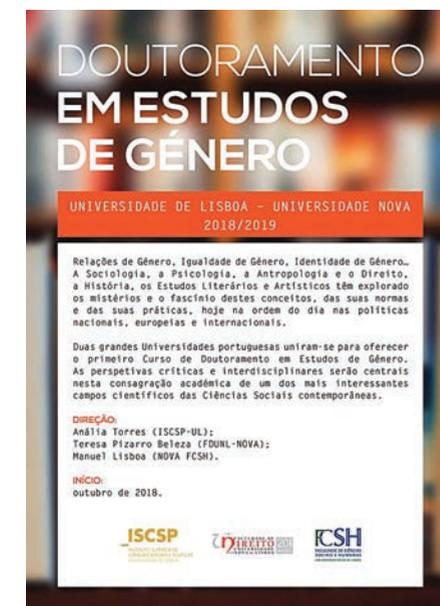
A Prof.^a Paula Campos Pinto, que se tem dedicado à área da deficiência, acrescenta que a relação com a sociedade «é uma preocupação constante» do CIEG. Um dos projetos em discussão diz respeito à possibilidade de o centro trabalhar com escolhas secundárias, promovendo sessões informativas que sensibilizem os jovens para as temáticas dos estudos de género, e que possam desconstruir preconceitos ainda existentes.

Outra iniciativa do CIEG é o ciclo «Género em Debate», que já contou com 14 sessões e em que, com alguma regularidade, se debatem temas atuais presentes na agenda pública: de questões da comunidade LGBT à monoparentalidade, passando pela procriação medicamente assistida. Muitos dos tópicos de investigação do CIEG expõem fenómenos ou problemas que, podendo não ser generalizados, existem e devem ser conhecidos. Como esclarece a Prof.^a Anália Torres, «o trabalho de investigação, de disseminação e de debate destes problemas é importante, na medida em que afetam pessoas que não expressam a discriminação ou as dificuldades de forma evidente». Um dos projetos já realizados, «Igualdade de género e idades da vida: bloqueios e oportunidades», foi financiado pela Fundação Francisco Manuel dos Santos e procurou analisar as relações de género na infância, na juventude e na idade adulta, e em diferentes contextos e situações sociais. Por exemplo, quando entram para o mercado de trabalho, «as raparigas, apesar de serem mais qualificadas do que os rapazes, com a mesma idade, têm salários menores, quando não são desempregadas». Há também, explica a professora, o chamado viés inconsciente: homens e mulheres escolhem tendencialmente para a mesma função mais homens do que mulheres.

Destacou-se nesta conversa a necessidade de ver os estudos de género como uma área relevante, em que se cruzam várias disciplinas e campos do saber, que se vão reciprocamente enriquecendo: «Tem sido uma

batalha difícil em Portugal. As pessoas não estão habituadas a ser questionadas, tratando de desvalorizar o discurso do outro.» Ultimamente, o CIEG tem-se dedicado às questões da «interseccionalidade», isto é, o cruzamento das questões de género com outros marcadores de diferença social: por exemplo, ser mulher e ser lésbica, ser mulher e ser negra ou cigana, ou ser mulher e ser trabalhadora do sexo. A conferência que assinala o sexto aniversário do Centro, no dia 24 de maio, é precisamente sobre o tema «Género e Interseccionalidades».

A partir do ano letivo de 2018/2019, Portugal terá pela primeira vez um programa de doutoramento em Estudos de Género.





© ULIsoa

LABORATÓRIO MARÍTIMO DA GUIA

No Forte de Nossa Senhora da Guia, na estrada do Guincho, está instalado o Laboratório Marítimo da Guia, um dos polos do MARE – Centro de Ciências do Mar e do Ambiente, da Faculdade de Ciências. Com uma vista inigualável sobre o mar, é o primeiro e único laboratório marítimo associado à Universidade de Lisboa.

Fotografias © Susana Ribeiro Martins



Página anterior
Vista aérea do Laboratório

Nesta página
Fiada de ovos de tubarão pata-roxa
Ovos de choco (*Sepia officinalis*)
Investigadores no Laboratório

Sabendo que muitos desconhecem que existe na Universidade um laboratório marítimo a funcionar numa fortificação seiscentista, partilhamos com os nossos leitores o que se nos deparou quando visitámos o Laboratório Marítimo da Guia, nos arredores de Cascais. À descoberta da sua história e da investigação que nele se desenvolve, conversámos com os professores Pedro Ré e Armando Almeida, da Faculdade de Ciências, visitámos os gabinetes e infraestruturas laboratoriais, e vimos de perto o trabalho de alguns dos jovens cientistas que aí passam muitas horas dos seus dias.

O Forte foi construído em 1642, cerca de um ano e meio depois da Restauração da Independência, para integrar a linha fortificada de defesa da barra do Tejo. Curiosamente, lembra o professor Armando Almeida, foi na laje do Ramil, sobre a qual está situado o Forte, que em 1580 tinham desembarcado as tropas espanholas comandadas pelo duque de Alba, tomando Cascais e depois Lisboa. Pudemos ver os dois muros de artilharia erguidos ao lado dessa laje. Registrando atividade militar até 1843, o Forte ficou abandonado até 1927,

ano em que o ministério da Instrução Pública decidiu nele instalar uma estação de zoologia marítima associada ao Museu Bocage da Faculdade de Ciências. Já em 1913, porém, se discutia a necessidade de criação de uma estação de zoologia biológica afiliada à Universidade de Lisboa. Em 1928, iniciaram-se as obras de adaptação do Forte, impulsionadas pelo então diretor do Museu, o professor Artur Ricardo Jorge (1886-1972), filho de Ricardo Jorge, fundador do Instituto Nacional de Saúde Ricardo Jorge. Em dezembro de 1941, o Forte foi cedido à Universidade de Lisboa. Apesar de a atividade laboratorial se ter iniciado logo em 1928, com expedições e colheitas marítimas, só em 1956 se concluíram as obras, que incluíram o levantamento das paredes exteriores e a construção da cobertura (inexistentes no século XVII). Em 1977, o Forte foi classificado como Imóvel de Interesse Público.

Uma das figuras de maior relevo na história do Laboratório, ainda presente nas várias fotografias distribuídas pelos gabinetes, é a do professor Luiz Saldanha (1937-1997). Nas palavras do professor Armando Almeida, agora aposentado, «foi com o

professor Luiz Saldanha que passou a haver na Faculdade de Ciências formação académica dedicada às áreas marinhas, tanto de peixes como de pescas, e de biologia marinha em geral». Foi o pioneiro, em Portugal, das disciplinas de Oceanografia Biológica e de Ictiologia, no departamento de Zoologia e Antropologia da Faculdade de Ciências, e contribuiu para a dinamização do Laboratório como unidade de ensino e de investigação. Como realça o professor Armando Almeida, todas as pessoas que trabalham hoje em Portugal no campo da biologia marítima são «filhos ou netos científicos» do professor Saldanha, um dos primeiros no país a dedicar-se à fauna profunda e a mergulhar num batíscafo, além de ter liderado numerosos projetos de investigação e presidido ao Instituto Nacional de Investigação das Pescas e, mais tarde, ao IMAR – Instituto do Mar.

Entre 1975 e 1978, vários discípulos do professor Luiz Saldanha realizaram no Laboratório os seus estágios de investigação, entre os quais os nossos interlocutores, os professores Pedro Ré e Armando Almeida, chegando este último a pernoitar nas instalações, dado que, para esse efeito,



Sentido contrário aos ponteiros do relógio

Porta principal do Forte, com a lápide encimada pelo escudo e a coroa de Portugal

A lápide, com a seguinte inscrição:

«O Muito Alto e Poderoso Rei D. João o III de Portugal Nosso Senhor Mandou Fazer Esta Fortificação sendo Governador das Armas desta Praça D. António Luís de Menezes e se Começou em 20 de Junho na era de 1642 R.T.E. Ano 1832.»

Os professores Pedro Ré e Armando Almeida



Uma das figuras de maior relevo na história do Laboratório, ainda presente nas várias fotografias distribuídas pelos gabinetes, é a do professor Luiz Saldanha (1937-1997).

Embora o trabalho laboratorial não represente todas as atividades desenvolvidas no Laboratório, vimos muitos investigadores envolvidos em experiências relacionadas com as alterações climáticas, procurando perceber como reagiam os animais do ponto de vista reprodutivo e biológico a alterações de salinidade ou de temperatura.

o Laboratório estava equipado com armários-cama. Como relata o professor Pedro Ré: «Quando viemos para cá, o Laboratório tinha o equipamento adquirido na época do professor Artur Ricardo Jorge. Foi com os projetos do estudo de sítio das centrais de Sines e de Peniche que conseguimos adquirir algum do material ainda hoje usado. Depois, veio a fase dos cultivos marinhos, que hoje se faz em condições controladas. Eu trabalho com larvas de peixes, e o Armando com espécies profundas.» Na sequência do incêndio em 1978 da Faculdade de Ciências, na Rua da Escola Politécnica, o Laboratório desempenhou um papel essencial na continuação dos trabalhos de investigação então em curso, albergando vários docentes e alunos do professor Luiz Saldanha, que perdera para as chamas o equipamento, o gabinete, as coleções e os manuscritos.

De uma secção de zoologia marítima do Museu Bocage, com o professor Artur Ricardo Jorge, à secção de Biologia Marítima e Oceanografia Biológica do departamento de Zoologia e Antropologia da Faculdade de Ciências, com o professor Luiz Saldanha (e incluindo em 1985 a secção de Aquacultura), o Laboratório passou a integrar, em 1998, o Instituto do Mar e, em 2007, o Centro de Oceanografia. Acolhe, desde 2015, os investigadores do MARE – Centro de Ciências

do Mar e do Ambiente. Dispõe hoje de seis gabinetes; áreas comuns de investigação; um laboratório de bioquímica; uma sala de conferências e biblioteca; infraestruturas para cultivos marinhos (de larvas, peixes, crustáceos e cefalópodes); um Hyball 400 ROV [Remotely Operated Vehicle]; e um pequeno navio de investigação. De 2003 até ao presente, as linhas de investigação que se concentraram no Laboratório têm sido a ecologia marinha e a fisiologia dos organismos marinhos (tanto costeiros como profundos), a gestão costeira integrada, os cultivos marinhos, e as alterações climáticas e sua influência no mar.

Embora o trabalho laboratorial não represente todas as atividades desenvolvidas no Laboratório, pois muitas são feitas fora do edifício, vimos vários investigadores envolvidos em experiências relacionadas com as alterações climáticas, procurando perceber como reagiam os animais do ponto de vista reprodutivo e biológico a alterações de salinidade ou de temperatura. No piso inferior, estava a ser montado e aperfeiçoado um sistema de quarentena para as diferentes espécies, quer tropicais quer temperadas, que entram no Laboratório – prática comum em qualquer unidade aquática, para tratar doenças que os organismos possam trazer consigo.

Observámos também vários tanques, o primeiro dos quais com um sistema do professor Orlando Luís, de Fisiologia Animal da Faculdade de Ciências, que trabalha sobretudo com ouriços-do-mar. Aprendemos que se tratava de uma espécie de fácil manutenção, já que, sendo fitófaga, comedora de algas no seu *habitat*, podia ser alimentada com grãos de milho. Passámos para um tanque de experiências com peixes-cirurgião e peixes-limpadores, de um projeto da Fundação para a Ciência e a Tecnologia que tenta identificar o modo como as alterações climáticas afetam comportamentos complexos e a cognição de peixes que desenvolveram características como estratégias de manipulação, batota e cooperação. O projeto concentra-se nos peixes-limpadores, dadas as suas capacidades cognitivas superiores: em certos testes, reagem melhor do que chimpanzés, orangotangos, e até do que nós, seres humanos, até aos seis anos de idade. Vimos também quatro tubarões de pata-roxa adultos em dois tanques (um deles, para nosso deleite, tinha acabado de pôr um ovo). A gestação destes tubarões pode chegar aos 200 dias. Conseguem viver durante muito tempo sem oxigénio, chegando a caminhar sobre as barbatanas entre poças de água quando numa delas se esgota o oxigénio. •

ALTA COMPETIÇÃO

São dois atletas de alta competição da Universidade de Lisboa. Bernardo Atilano, 21 anos, frequenta o 2.º ano do curso de Ciências do Desporto, na Faculdade de Motricidade Humana. Concilia os estudos com a prática competitiva de badminton, e vive na Áustria para se preparar para os Jogos Olímpicos de 2020. Marta Onofre, 27 anos, também tem como objetivo classificar-se para os Jogos. O nível de alta competição a que chegou no salto com vara nunca a fez hesitar em relação a prosseguir carreira na medicina.

BERNARDO ATILANO

«Desde os 12 anos que tenho treinado e trabalhado para ser sempre melhor.»



ULISBOA Como começou a jogar badminton?

BERNARDO ATILANO Comecei com 12 anos, uma idade tardia para um jogador de badminton. Estava no Colégio [Amor de Deus, em Cascais], não tínhamos aula, e um amigo desafiou-me a participar num torneio interturmas. Fui e correu bem. Sempre era melhor do que estar a estudar. [Risos]

ULISBOA Porquê o badminton?

BERNARDO ATILANO Sempre gostei de desportos de raquete. Nessa altura jogava ténis. Joguei os dois durante dois meses, até que o meu treinador de ténis me disse que já os estava a confundir. Optei pelo badminton. Passados dois anos, comecei a jogar federado, e fui chamado à Seleção Nacional de Sub-15. Agora estou a lutar pelos Jogos Olímpicos de 2020. É um objetivo difícil – a quota é de apenas um jogador português, que tem de estar no *top 60* ou *70* do *ranking* mundial.

ULISBOA Em que lugar se encontra?

BERNARDO ATILANO Esta semana estou no 161.º lugar. O objetivo é atingir o



Campeonato da Europa de Equipas Homens, fevereiro de 2018, em Kazan, Rússia

© Mark Phelan / Badminton Europe

«Vivi coisas na liga alemã que nunca pensei serem possíveis, como um casal preferir ir ver um jogo de badminton em vez de ir ver o Bayern de Munique jogar.»

top 100 até ao fim de 2018. Para isso, estou desde setembro de 2017 a viver e a treinar na Áustria.

ULISBOA Os Jogos Olímpicos são, então, a prioridade?

BERNARDO ATILANO É o objetivo máximo de qualquer jogador, de qualquer modalidade. Já estive no Campeonato da Europa. O Campeonato do Mundo também é um objetivo, quero lá estar na próxima época. Os Jogos Olímpicos são o meu sonho desde que comecei a encarar o badminton de forma profissional. Quando as coisas correm pior nos treinos, vou buscar força a esse sonho.

ULISBOA Estando na Áustria, como tem conciliado os estudos com os treinos?

BERNARDO ATILANO Ou desistia do curso, ou tentava conciliar. Optei por conciliar, porque o badminton é efémero. Estudo regularmente, mas há dias em que treino oito horas. Conciliar o desporto de alta competição com os estudos é complicado. Os horários das aulas não estão adaptados aos treinos. Na Áustria, os horários são pensados para o aluno ir às aulas e aos treinos. É uma cultura diferente da latina, e com isso conseguem bons resultados.

ULISBOA Como é um dia de oito horas de treino?

BERNARDO ATILANO Na Áustria, acordo, dou uma pequena corrida, faço treino de musculação, almoço, treino das 15h00 às 18h00, pauso uma hora, e depois treino novamente das 19h00 às 22h00. O badminton é dos desportos mais exigentes a nível aeróbio e de preparação física, tem muitas mudanças de direção, saltos e rotações. Um jogo de alta competição dura cerca de 45 minutos, uma hora e meia no máximo, mas percorre-se o dobro dos quilómetros de um jogo de cinco horas de ténis.

ULISBOA Quais as diferenças entre Portugal e a Áustria?

BERNARDO ATILANO Vivi coisas na liga alemã que nunca pensei serem possíveis. Por exemplo, um casal de 60 anos, num domingo à tarde, preferir ver um jogo de badminton em vez de um jogo do Bayern de Munique. Termos 500 pessoas na assistência. Cá não se vê o badminton como uma modalidade séria, é olhado como um desporto de escola, com miúdos com raquete a correr atrás da «pena», como as pessoas lhe chamam, em vez de «volante». O badminton pode ser de alta competição e um atleta viver exclusivamente disso.

ULISBOA Como imagina o seu futuro profissional?

BERNARDO ATILANO Se continuar sem lesões graves, poderei jogar até muito depois dos 30 anos. Depois, quero manter-me

no badminton, como preparador físico ou treinador.

ULISBOA Chegou a dizer que seria difícil chegar ao nível dos jogadores asiáticos. Porquê?

BERNARDO ATILANO Começam aos cinco, seis anos, e têm parceiros de treino ao mesmo nível. Em Portugal, só treino com os colegas da Seleção a cada quatro meses. Na Áustria, faço jogos com atletas internacionais na liga alemã e em torneios internacionais, mas os asiáticos fazem esses jogos todos os dias. No *top 100* do *ranking* mundial estão 30 atletas indianos, que treinam juntos. Em Portugal, além de mim há outro atleta masculino a tentar os Jogos Olímpicos. Devíamos treinar um com o outro para podermos evoluir os dois, mas ele está na Madeira e eu em Lisboa. Assim não há milagres. •

YONEX Italian International 2016, dezembro de 2016



© Acervo de Bernardo Atilano

MARTA ONOFRE

«Acho, sem dúvida, que é possível sermos bons em mais do que uma coisa.»

ULISBOA Como começou a praticar salto com vara?

MARTA ONOFRE Antes do atletismo pratiquei ginástica acrobática, natação e equitação. Em 2003, ingressei no Clube de Futebol «Os Belenenses». No início, as crianças fazem todas as modalidades do atletismo. Destacava-me nos saltos e pedi para experimentar o salto com vara. Não há muitos treinadores em Portugal, e a modalidade não é apresentada à maior parte dos atletas. Foi em 2005, aos 14 anos. Disseram-me que não tinha corpo de saltadora com vara. No ano seguinte, pedi a outra pessoa, que me iniciou no salto com vara.

ULISBOA Quería mesmo.

MARTA ONOFRE Era uma modalidade mais desafiante. Ao fim de dois, três anos, ganhei os campeonatos nacionais do meu escalão. Em 2007, competi no Festi-

val Olímpico da Juventude Europeia. Em 2008, ingressei na Faculdade de Medicina. As duas coisas foram competindo, mas nunca optei por uma em vez da outra.

ULISBOA Como as conciliou?

MARTA ONOFRE O 1.º ano foi o mais complicado. Tinha pouco tempo para estudar e treinava seis vezes por semana. Adquiri novos hábitos de estudo, mas o atletismo foi ganhando preponderância. Qualifiquei-me para os Jogos Europeus, para os Jogos Olímpicos em 2016, e para o Campeonato Mundial de pista coberta. Foi a minha melhor época. Fiz o curso de Medicina em sete anos, porque queria subir a média. Terminei com 16, o que é razoável.

ULISBOA O que faz profissionalmente?

MARTA ONOFRE Sou interna de formação geral no Hospital de Santa Maria. Estou a acabar o estágio na área opcional

de Cardiologia e vou estagiar na área de Ortopedia. São as que considero mais relacionadas com o desporto. Gostava de ficar ligada ao desporto como médica.

ULISBOA Como são os seus treinos?

MARTA ONOFRE Fazemos sessão de ginástica de manhã, e depois das 17h00 às 20h30. Saltamos três vezes por semana: salto com vara, salto em comprimento, musculação, multi-saltos, multi-lançamentos. Estou a apostar nos Jogos Olímpicos de Tóquio, mas este ano está a ser muito difícil. A maior parte das semanas faço 40 horas em hospital, houve uma em que fiz 50.

ULISBOA Treina com mais atletas?

MARTA ONOFRE Em Portugal só existem duas atletas ao meu nível, a Cátia Pereira e a Leonor Tavares, a anterior recordista nacional. A competitividade induz a evolução, daí a necessidade de competir em *meetings* no es-

trangeiro. Antes dos Jogos Olímpicos do Rio, estaguei na Suíça, com uma atleta que salta mais 29 cm do que eu. Prefiro treinar com ela do que adaptar-me às condições climáticas brasileiras mais cedo.

ULISBOA Vê-se a praticar esta modalidade até quando?

MARTA ONOFRE Pensei em terminar depois dos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro, mas é bom termos a capacidade de reformular os objetivos – é isso que faz as pessoas e a sociedade evoluírem. Quero ser finalista em Tóquio e tentarei fazer Paris 2024. Terei 33 anos. Os saltadores com vara têm alguma longevidade. Continuar depende de conseguir conciliar os treinos com a parte laboral. No final deste ano, pretendo ficar como tarefeira, os médicos que «tapam os buracos» nas urgências. Um médico sem praticar deixa de ser médico.

ULISBOA Sentiu apoio da Faculdade de Medicina enquanto atleta de alta competição?

MARTA ONOFRE Requeri o estatuto de atleta de alta competição no 1.º ano. Nos outros, o de trabalhador-estudante. Os professores viam com melhores olhos um trabalhador-estudante do que um atleta. Ainda há o preconceito de que o atleta é preguiçoso. Agora, não digo que sou atleta. Prefiro que não me julguem à partida.

ULISBOA Alguma vez pensou em desistir de medicina?

MARTA ONOFRE De medicina, não; do atletismo, sim. O treino de salto com vara exige estar focado e ter muita vontade de nos superarmos. Para saltar mais alto, temos de pegar em varas maiores e mais fortes, o que acarreta maior risco: cair fora do colchão, cair no encaixe, partir varas... Houve dias em que acabei o treino a chorar e a dizer que não queria mais. Depois, fazia recorde pessoal ou nacional, qualificava-me para uma competição, e isso valia pelos momentos difíceis.

ULISBOA Sente apoio em Portugal?

MARTA ONOFRE Quanto a infraestruturas, não me posso queixar, porque há seis

anos treinávamos à chuva. É o meu clube [Sporting Clube de Portugal] que me permite continuar, porque nos possibilita um rendimento com o qual conseguimos manter a independência. A minha família e o meu treinador [Pedro Silva Pinto] apoiam-me muito. Ele está comigo há sete anos e vamos casar este ano. A um nível diferente, a seguir aos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro, eu, o Francisco Belo [lançamento do disco e do peso], a Ana Rente [ginástica de trampolim] e o Rui Bragança [taekwondo], todos de medicina, pedimos uma reunião com a Secretária de Estado da Saúde. Não há regulamentação que concilie desporto e trabalho depois de terminado o curso e queríamos respostas a isso. Perguntei se era possível fazer a especialidade no dobro do tempo, em horário parcial. A resposta foi, taxativamente, não, que só seria possível se a legislação fosse alterada. Se acontecer, não virá a tempo para mim. Se vier para outros, tanto melhor.

ULISBOA Que mensagem deixaria aos alunos que se dedicam em simultâneo a uma modalidade desportiva?

MARTA ONOFRE Ou a outra atividade extracurricular: tive uma amiga que estava na Faculdade de Conservatório. O principal é gostarmos do que fazemos. Tornamo-nos mais disciplinados, e ganhamos espírito de sacrifício para continuar. É possível ser-se bom em mais do que uma coisa.

ULISBOA Qual foi o momento mais difícil por que passou no salto com vara?

MARTA ONOFRE A época a seguir aos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro. Tive uma lesão no ombro, durante onze meses. Tinha uma prestação péssima porque fiquei descondicionada na força do tronco. Antes das Universíadas, decidi parar e tentar ganhar força no tronco. Estava receosa – nas duas últimas competições tinha feito três nulos. Cheguei lá e fiz 4,40 m, o meu recorde pessoal de pista ao ar livre. Ganhei a medalha de bronze. É um exemplo de que, por mais adversidades que existam, há sempre luz ao fundo do túnel. ●



«Houve dias em que acabei o treino a chorar e a dizer que não queria mais. Depois fazia recorde pessoal ou nacional, qualificava-me para uma competição, e isso valia por todos os momentos difíceis.»

«Infelizmente, ainda há o preconceito de que o atleta é preguiçoso nos estudos.»

Página da esquerda
Final das Universíadas, quando Marta Onofre ganhou a medalha de bronze, no salto em que passou a marca dos 4,40 m. Taipé, agosto de 2017

PEDRO DOMINGOS

«NOS PRÓXIMOS CEM ANOS, VAMOS VER MAIS INOVAÇÕES DO QUE VIMOS NOS MIL ANTERIORES.»

Fotografias © Acervo de Pedro Domingos

Pedro Domingos é professor de Ciências da Computação na Universidade de Washington.

ULISBOA Acaba de sair em Portugal a tradução do seu livro *The Master Algorithm (A Revolução do Algoritmo Mestre)*. No capítulo I diz que «uma receita de cozinha está longe de ser um algoritmo». Qual a diferença entre uma receita de cozinha e um algoritmo?

PEDRO DOMINGOS Um algoritmo é muito mais específico. Uma receita é demasiado vaga para que um computador ou um *robot* a saiba executar. Um

algoritmo explica, passo a passo, o que fazer, sem qualquer ambiguidade; de outra forma o computador não compreende.

ULISBOA De que modo podem os algoritmos estar presentes em decisões tão importantes na vida de uma pessoa como a escolha de um parceiro ou a obtenção de um emprego?

PEDRO DOMINGOS Na escolha de um parceiro, sugerem pessoas de quem poderemos gostar, baseando-se no nosso perfil e no dessa pessoa. No emprego,

selecionam candidatos, baseando-se no currículo, nas características do cargo, etc. De uma forma geral, os algoritmos fazem a triagem da vasta quantidade de opções que existem atualmente em todas as áreas, reduzindo-as a uma quantidade razoável para um ser humano considerar e decidir.

ULISBOA Como foi o percurso desde o Instituto Superior Técnico (IST), onde se licenciou, até ao doutoramento na Universidade da Califórnia?

«A nossa vida vai continuar a mudar cada vez mais rapidamente. É bem possível que daqui a cem anos o trabalho tenha sido abolido, porque tudo será feito por computadores e robots. É também possível que os seres humanos sejam imortais.»



PEDRO DOMINGOS Fiz o mestrado no Técnico. Quando era ainda aluno de licenciatura, comecei a interessar-me por aprendizagem automática, e quando decidi doutorar-me nesta área, procurei o melhor sítio para o fazer. Nessa altura, havia poucas universidades com grupos significativos de aprendizagem automática, mesmo nas universidades de topo. As duas principais eram Carnegie Mellon e a Universidade da Califórnia, em Irvine, e fui para esta última.

ULISBOA Chegou a ser colega do seu pai, o Prof. Delgado Domingos, no IST? Que influência teve ele no seu percurso?

PEDRO DOMINGOS Sim. Aprendi com ele como ser um bom professor e investigador. Tive também a sorte de descobrir com ele o mundo dos computadores, numa altura em que estavam ainda muito pouco difundidos. Ele fundou o Centro de Cálculo, que trouxe o primeiro computador – um *mainframe* IBM – às universidades em Lisboa.

ULISBOA Como surgiu a oportunidade de ser professor na Universidade de Washington?

PEDRO DOMINGOS Foi muito simples. Vi um anúncio na *Communications of the ACM* (a revista principal da Association for

Computing Machinery, a sociedade mundial de engenharia informática) e concorri. Entrevistaram-me e ofereceram-me o lugar.

ULISBOA Vê diferenças no sistema de ensino nos Estados Unidos e em Portugal?

PEDRO DOMINGOS Sim, mas penso que têm vindo a diminuir. Por exemplo, nos Estados Unidos, a especialização vem mais tarde do que em Portugal, o que tem um lado bom e um lado mau. Por um lado, os alunos têm oportunidade de estudar coisas mais variadas, e escolhem a área em que se querem licenciar quando têm já mais maturidade. Por outro, aprendem menos dessa área.

ULISBOA Entre 1990 e 1992, escreveu regularmente sobre tecnologia musical. Como é que se vai daí para inteligência artificial?

PEDRO DOMINGOS Escrever sobre tecnologia musical foi o resultado de ser simultaneamente engenheiro informático e músico, e começar a especular sobre o impacto futuro da tecnologia na música. Foi na altura em que estava a fazer o mestrado, e antes disso já tinha começado a interessar-me pela inteligência artificial, portanto as duas coisas aconteceram mais em paralelo do que sequencialmente.

ULISBOA Foi nomeado Conselheiro de Portugal no Mundo. Quais são as suas responsabilidades nessa posição?

PEDRO DOMINGOS Por um lado, contribuir para difundir o conhecimento e aumentar a presença de Portugal no mundo. Por outro, ajudar a trazer para Portugal as inovações e ideias que surgem em áreas e países que conheço melhor, em particular a tecnologia e os Estados Unidos.

ULISBOA Pegando no título de uma TedTalk recente que deu, como vão ser os próximos cem anos da nossa vida?

PEDRO DOMINGOS A nossa vida vai continuar a mudar cada vez mais rapidamente. Nos próximos cem anos, vamos ver mais inovações do que vimos nos mil anteriores. Isto inclui áreas como a Informática e a Inteligência Artificial, e também a Biologia e a Medicina. Daqui a cem anos, é bem possível que o trabalho tenha sido abolido, porque tudo será feito por computadores e *robots*. É também possível que daqui a cem anos os seres humanos sejam imortais. A evolução passará então a fazer-se não por seleção natural, como no passado, mas pelas modificações genéticas que faremos a nós próprios. •

MÓNICA BETTENCOURT-DIAS

«Ter capacidade de transmitir conhecimento e a maneira como a ciência é feita é uma propriedade muito importante de um cientista.»

Fotografias © Duarte Pinheiro

Mónica Bettencourt-Dias é bioquímica e bióloga molecular, e diretora do Instituto Gulbenkian de Ciência.



ULISBOA Licenciou-se em Bioquímica na Faculdade de Ciências, prosseguiu os estudos pós-gradua-dos no University College em Londres, e foi investigadora na Universidade de Cambridge. Porque voltou para Portugal?

MÓNICA BETTENCOURT-DIAS Senti que, em 2006, a ciência em Portugal estava a mudar. Havia uma aposta na ciência, nomeadamente aqui no Instituto Gulbenkian de Ciência (IGC), cujo diretor era o

Prof. António Coutinho. Havia muitas pessoas a virem para o IGC e para outras instituições em Portugal; era, portanto, uma boa altura para participar nesse crescimento da ciência no país. Havia as condições necessárias para fazer boa ciência cá.

ULISBOA Também teve o financiamento necessário para que tal pudesse acontecer.

MÓNICA BETTENCOURT-DIAS Concorri a várias bolsas. Comecei a concorrer ao financiamento para projetos da Funda-

ção para a Ciência e a Tecnologia (FCT), antes de vir. No primeiro ano cá, soube que tinha conseguido financiamento da FCT para dois projetos, o que me permitiu desenvolver a minha investigação e depois concorrer ao European Research Council (ERC).

ULISBOA Foram-lhe atribuídas duas bolsas ERC de seguida, a Starting e a Consolidator.

MÓNICA BETTENCOURT-DIAS O ERC possibilitou a compra de equipamento, co-

«É importante haver instituições em Portugal que sejam muito conhecidas internacionalmente, para reforçar o país no mapa da ciência e atrair pessoas de alto nível.»

mo microscópios mais caros, essenciais ao meu trabalho.

ULISBOA Em que consiste a sua investigação?

MÓNICA BETTENCOURT-DIAS Estamos interessados na proliferação e na comunicação entre células. Dentro das células há uma estrutura envolvida nesses processos – o centrossoma, que também forma o cílio. Estas estruturas estão envolvidas no processo de passar de uma única célula para centrilhões de células quando o ovo é fertilizado até se formar o corpo, ou seja, a multiplicação celular, que está alterada em processos de doença, como o cancro. Estas estruturas também estão envolvidas na formação das antenas das células – os cílios. Estes são importantes para a motilidade celular – como um espermatozoide, que tem um flagelo, que é o mesmo que um cílio –, mas também são importantes para sentirmos os cheiros, a luz, ou se já comemos ou não o suficiente; estão envolvidos em vários tipos de comunicação não só com o ambiente, mas também dentro do nosso corpo, entre as diferentes células.

ULISBOA Sendo diretora do IGC desde fevereiro, como tem sido conciliar as funções de gestão e de investigação?

MÓNICA BETTENCOURT-DIAS Ainda é um pouco cedo para responder a isso. Neste momento, não tem sido conciliado. [Risos] No futuro será mais fácil, e há vários exemplos em Portugal de pessoas que o conseguiram fazer. O Instituto de Medicina Molecular e a Fundação Champalimaud conseguem ter uma boa direção e continuar com a investigação. No estrangeiro, em vários sítios, os diretores dos institutos continuam a fazer investigação. Tal é possível desde que a instituição esteja organi-

zada para isso, o que depende de ter mais de uma pessoa na direção, de haver uma repartição do trabalho de modo a permitir que a pessoa continue a fazer investigação.

ULISBOA Nos exemplos que deu, a direção é ocupada por mulheres.

MÓNICA BETTENCOURT-DIAS Na Fundação Champalimaud é, mas não era. Os homens também podem ser organizados. [Risos] Em Portugal temos vários exemplos de mulheres em cargos de direção. Há lugares onde há mais discriminação e mais dificuldade para uma mulher chegar a um papel de direção a este nível. Aqui acho que não é tão complicado, mas podemos melhorar. Ainda há várias circunstâncias em que é mais complicado para uma mulher decidir avançar para uma posição de chefia.

ULISBOA Isso deve-se às condições dadas em caso de maternidade, por exemplo?

MÓNICA BETTENCOURT-DIAS Em geral, o apoio à família em Portugal não é substancial. Podíamos ter mais apoio para as pessoas, e agora falo de mulheres e homens que têm família. Quando se faz investigação, estamos muito dedicados, é uma vida muito intensa. Em muitos sítios, o salário é suplementado quando as pessoas têm família, para poderem contratar ajuda para terem mais tempo para o trabalho e para estar com a família sem ser a passar a ferro. Há agências de financiamento, como as Ações Marie Skłodowska-Curie e a Organização Europeia de Biologia Molecular (EMBO), por exemplo, que dão um salário mais alto a pessoas que têm família. É algo que a FCT poderia pensar em pôr em prática.

ULISBOA Que planos tem para o IGC?

MÓNICA BETTENCOURT-DIAS Estamos a começar a organizar e a implemen-

tar os planos. A ideia é continuar a ser uma instituição de referência a nível internacional, ainda mais, se for possível. É importante haver instituições em Portugal que sejam muito conhecidas internacionalmente, para reforçar o país no mapa da ciência e atrair pessoas de alto nível. O IGC tem um papel muito importante aí: há outras instituições muito boas e podemos fazer várias coisas em coordenação. Também gostava que o IGC estivesse ainda mais aberto à sociedade. Temos tido várias atividades de ligação à sociedade, mas queremos pensar em como fazê-lo ainda melhor, em atividades que possam ser implementadas noutros locais, levando a ciência às escolas e a sítios onde esta se discute menos, a pessoas que normalmente não pensam nela.

ULISBOA O que faz um bom cientista por oposição a um bom comunicador de ciência?

MÓNICA BETTENCOURT-DIAS Um bom cientista é uma pessoa muito curiosa, que persiste e é criativa para responder a certas perguntas. Também é alguém colaborativo, que abre portas a outras pessoas através da ciência. É importante haver bons cientistas que também sejam bons comunicadores de ciência, que estejam abertos à sociedade e a comunicar aquilo que fazem, embora nem todos tenham de o ser.

ULISBOA Foi essa razão que a levou a tirar o diploma em comunicação de ciência no Birkbeck College, em Londres?

MÓNICA BETTENCOURT-DIAS Foi por sentir que temos uma responsabilidade grande perante a sociedade. Somos financiados pela sociedade e temos de justificar aquilo que fazemos. A vida do dia a dia tem muito a ver com a ciência. Estamos num mundo cheio de ciência e tecnologia, e todas as decisões dependem disso. Para conseguirmos pensar de forma crítica e tomar

decisões fundamentadas é importante que os cientistas comuniquem como a ciência é feita, para que a sociedade esteja mais bem informada e possa ser mais bem-sucedida. Ter capacidade para transmitir o que se faz em ciência é uma propriedade muito importante de um cientista, daí ter feito um curso de comunicação de ciência. O curso envolveu estudar sociologia da ciência, filosofia da ciência, perceber como os média funcionam, aprender a escrever um comunicado de imprensa, como fazer programas de rádio e televisão.

ULISBOA Pode falar-nos das atividades de divulgação de ciência que promoveu em países em desenvolvimento?

MÓNICA BETTENCOURT-DIAS Já fiz várias. Enquanto fazia o doutoramento, participei na associação Science4development, em que organizávamos cursos para jovens que estavam na licenciatura, no mestrado, ou que já eram investigadores. Os cursos abrangiam várias áreas da biologia moderna, mostrando o que se faz hoje e o que poderia ser importante fazer, desde a área da SIDA ou da malária até à bioinformática, ou como escrever um currículo, como concorrer a bolsas, etc. Fizemo-lo dois anos seguidos em Moçambique. Mais tarde, em Cabo Verde, fiz um *workshop* para cientistas e alunos universitários, para ajudá-los a escrever currículos, a concorrerem a financiamento, e a perceberem áreas diversas da biologia. Mais recentemente, dei aulas em Cabo Verde no âmbito do programa de doutoramento do IGC em países africanos de expressão portuguesa.

ULISBOA Continua a dar aulas?

MÓNICA BETTENCOURT-DIAS Sim, não apenas no IGC, mas também a convite de outras instituições. Gosto muito de dar aulas. Em Cabo Verde foi muito gratificante, porque muitas das pessoas não tinham sido expostas a ciência antes. É bom ver a motivação delas e como ficam contentes por serem expostas a coisas novas. Há uma grande motivação nos estudantes de Cabo Verde, Moçambique, Angola para contribuírem para a ciência no seu próprio país. Espero que os possamos ajudar a fazer isso.

ULISBOA Uma das características do IGC que faz com que seja procurado por vários investigadores, incluindo os estrangeiros, é a independência, no sentido em que podem escolher os seus tutores. É uma realidade que procurará manter?

MÓNICA BETTENCOURT-DIAS Claro. Uma das razões que leva os estudantes de doutoramento a escolherem o IGC é essa independência, o não estarem já dirigidos por um orientador. Durante o programa de doutoramento têm aulas e discussões com vários cientistas do IGC, o que lhes permite perceber o que querem, qual a pergunta a que querem responder e qual o melhor orientador para responder a essa pergunta. Todos gostam muito dessa grande mais-valia, que vamos manter.

ULISBOA Tem defendido que a FCT se devia autonomizar do Estado. O que se pode fazer nesse sentido?

MÓNICA BETTENCOURT-DIAS Já abordámos a questão várias vezes, inclusive há

dois anos, quando o ministro da Ciência reuniu vários investigadores para discutir o futuro da FCT. Na altura, eu e a Maria Mota, do Instituto de Medicina Molecular, reunimos opiniões das várias instituições de biomedicina na área de Lisboa. Uma das ideias, posta em prática noutros países, é a independência das agências de financiamento em relação ao governo, para não mudarem com cada ciclo. Quando as políticas mudam com cada ciclo, é difícil saber-se o que prever. Sugerimo-lo nessa discussão, e foi interessante ver que no último relatório da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico) também sugerem a independência da FCT, tanto do governo como dos cientistas, como um mecanismo que possibilite ter políticas a longo prazo. Teria de se ver qual a forma mais adequada a Portugal, mas a ideia seria ter ciclos de financiamento longos onde um certo número de pessoas eleitas por cientistas e pelo governo ficam responsáveis por esta agência de financiamento, com uma política de funcionamento conhecida e regular. Esta regularidade é crítica para as pessoas poderem planear a sua investigação, e saberem se querem ou não vir para Portugal. Neste momento, o difícil é não sabermos o que prever, e temos investigadores do IGC que estão a considerar sair de Portugal por causa disso. Apesar de todo o apoio que damos no IGC, o financiamento da ciência é caro e precisamos mesmo de ter financiamento de projetos e de bolsas de investigação. •

«Estamos num mundo cheio de ciência e tecnologia. É importante que os cientistas comuniquem como a ciência é feita, para que a sociedade esteja bem informada e possa ser mais bem-sucedida.»

